

Apresentação do dossiê História Rural da América Latina: trabalhos e trabalhadores

Presentation of the dossier Rural History of Latin America: work and workers

Maria Sarita Mota*
María Verónica Secreto**

EM 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) irrompeu no cenário latino-americano articulando, de modo inédito, insurgência territorial e uso estratégico da internet para difundir suas demandas. Meios de comunicação do mundo inteiro cobriram a emergência do EZLN, talvez fascinados com a figura de quem lhe dava voz, mas não o rosto, ou pelo menos não um rosto individualizável, senão um rosto genérico. Como observou Héctor Alimonda, *“La insurgencia zapatista, más allá de cualquier consideración político-militar, se caracteriza estratégicamente por un agudo sentido de espectáculo, de narración, de iconografía alternativa”*.¹ A figura do subcomandante Marcos tornou-se um emblema dessa disputa simbólica, contribuindo para deslocar as formas de perceber o rural na América Latina. No mesmo período, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), cuja gênese remonta às ocupações das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta (RS), em 1979, e formalizado no I Encontro Nacional realizado em Cascavel (PR), em 1984, também consolidava sua visibilidade, produzindo uma mística própria associada à lona preta, à bandeira vermelha e às formas específicas de ocupação territorial que operam como signos de pertencimento, mobilização coletiva, e marcam sua presença no debate público brasileiro.

* Doutora em Ciências Sociais (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Investigadora do CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa. Bolsista PV-Faperj/UFF, 2024-2026. E-mail: saritamota@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1705-3999>.

** Doutora em História (Universidade Estadual de Campinas). Professora Titular da Universidade Federal Fluminense. E-mail: mariaveronica@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3403-4810>.

1 ALIMONDA, Hector, **Descolonizar la naturaleza**. Por una ecología política latinoamericana. Textos reunidos de Hector Alimonda, 1982-2017. Buenos Aires: Clacso, 2025. p. 182.

A que chamamos de visibilidade? Trata-se, aqui, do modo como setores médios urbanos passaram a reconhecer publicamente as imagens e narrativas construídas por esses movimentos, identificando os sujeitos que emergiram com demandas “ancestrais” como “novos indígenas”, “novos agricultores” ou “novos camponeses”, no sentido proposto por Honneth.² Esse reconhecimento combinava dimensões éticas e estéticas, permitindo que públicos historicamente distantes do mundo rural atribuíssem legitimidade parcial a demandas percebidas como justas, embora pouco relacionadas às suas próprias experiências. Em grande medida, essa adesão limitada resultava da crença de que os conflitos do campo não os afetam diretamente.

O cenário descrito acima alterou-se profundamente no início do século XX. Essa mudança não decorreu do atendimento das demandas históricas dos movimentos rurais, mas da emergência de um novo “rural” para os setores médios urbanos: o do *agro pop*. Difundido por campanhas publicitárias da Rede Globo, por agências de desenvolvimento e por organismos internacionais, esse repertório projeta imagens de um campo tecnificado, ordenado e visualmente impecável. Construído segundo padrões globais de consumo, esse “rural Benetton” é capturado por câmeras de alta resolução e exibido como uma paisagem harmoniosa e naturalizada, da qual desaparecem os conflitos e desigualdades que antes estruturavam a agenda pública.

Esse repertório estético, difundido como sinal de modernização incontornável, opera como dispositivo político que desloca a atenção das desigualdades estruturais do rural e reconfigura a percepção pública do campo. No Brasil, esse processo se expressa no deslocamento semântico de “reforma agrária” para “regulação fundiária”,³ formulação que suaviza a dimensão histórica e conflitiva do acesso à terra. No plano imagético, a materialidade do trabalho, antes figurada pelo pé rachado do trabalhador, foi substituída por rostos sorridentes portando cestas coloridas de frutos, sementes, raízes, folhas etc., compondo um rural compatível com os padrões de consumo que orientam o *agro pop*.

O dossiê partiu do diagnóstico de que fenômenos como o *boom* e o *neo-boom* das *commodities*, a estrangeirização da terra, a intensificação da mineração, a pressão sobre territórios quilombolas, indígenas e camponeses e a expansão do agronegócio constituem eixos centrais para compreender as transformações recentes do mundo rural. Esses processos evidenciam a força renovada do capital na reorganização do trabalho e do meio ambiente e exigem uma abordagem que articule a história do presente às continuidades e permanências herdadas do passado. É nesse cruzamento entre dinâmicas atuais e estruturas históricas que se inscrevem as contribuições reunidas neste volume.

2 HONNETH, Alex. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

3 LERRER, Débora. Memória, recálculo e questão agrária no Brasil. **Raízes, Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 43, n. 1, 2023.

A convocação teve resposta expressiva. Onze artigos compõem este dossiê em que o trabalhador e o trabalho ganham centralidade e nos ensinam a diversidade abarcada sob a nomenclatura “trabalho rural”. Trata-se de novas abordagens que permitiram visualizar aspectos que tinham ficado ensombreados, contribuindo para ampliar o alcance interpretativo do campo.

Desses onze textos, nove concentram-se no Brasil.⁴ Mas isso não produz monotonia; ao contrário, evidencia a complexidade e a pluralidade de experiências que historicamente estruturam o mundo rural brasileiro. O que emerge desse conjunto é a clareza de que o trabalho rural no Brasil envolveu, e continua a envolver, um conjunto de “arranjos” regionais e conjunturais que tornam difícil falar em um único mercado de trabalho. O período que abrange o pré e pós abolição delinea uma transição sem que consigamos definir de forma unívoca para onde “transita”. É claro que não é para o trabalho assalariado impessoal, de coerção meramente econômica. Múltiplas formas de coerção, dependência e regulação persistiram, ajustando-se às transformações políticas e econômicas de cada conjuntura.

Nesse sentido, o dossiê organiza-se em dois grandes blocos: um primeiro dedicado à escravidão e ao pós-abolição, com estudos que avançam até 1917, e um segundo voltado às transformações do trabalho rural a partir da década de 1950. É nesse contexto que se insere o estudo sobre a Reforma Agrária Assistida pelo Mercado (RAAM), que examina as tensões entre Estado, organismos internacionais e movimentos rurais na disputa pela

4 A predominância de estudos sobre o Brasil não obscurece, contudo, a riqueza do debate agrário latino-americano. Ainda que a maior parte das submissões tenha se concentrado no Brasil, convém lembrar que a história agrária latino-americana possui tradições consolidadas e diversificadas. Ver MOTA, Maria Sarita; SECRETO, María Verónica; CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **A terra e seus historiadores**. Lições de história agrária na América Latina. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023. SCHETTINI, Vitória; MALAQUIAS, Carlos; MOTA, Maria Sarita. **Terra, poder e riqueza: estudos sobre a formação das sociedades agrárias no Sudeste do Brasil – séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Telhas, 2024. WELCH, Clifford Andrew et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. No mundo andino, estudos clássicos sobre reciprocidade, servidão e regimes de produção, como os de MURRA, John V. **Formações econômicas e políticas do mundo andino**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002 [1975]. PLATT, Tristan. **Estado boliviano y ayllu andino**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982; e LARSON, Brooke. **Trials of Nation Making: Liberalism, Race, and Ethnicity in the Andes, 1810-1910**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, dialogam com abordagens contemporâneas que analisam o trabalho indígena a partir de cosmopolíticas e ontologias locais, como RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Um mundo ch'ixi é possível: ensaios de um presente em crise**. Rio de Janeiro: Elefante, 2024; e DE LA CADENA, Marisol. **Seres-Terra: cosmopolítica em mundos andinos**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024. No México e na América Central, pesquisas estruturais sobre campesinato, revoltas rurais e regimes de trabalho, em especial LAURIA-SANTIAGO, Aldo. **Land, Community, and Revolt in Late-Nineteenth-Century Indian Izalco, El Salvador**. **Hispanic American Historical Review**, 79 (3): 495-534, 1999, articulam-se a análises sobre violência estatal e controle político do trabalho, como as de LEGRAND, Catherine. **Colonialism and Violence in Colombia: perspective and debates**. In: MACHADO, Absalón (comp.). **El Agro y la Cuestión Social**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994. No Caribe, interpretações clássicas sobre *plantation* e escravização, como as de MINTZ, Sidney W. **Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History**. New York: Viking; Penguin Books, 1985; e TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti: State Against Nation**. The Origins and Legacy of Duvalierism. New York: Monthly Review Press, 1990, permanecem fundamentais para compreender a formação de sistemas produtivos baseados na coerção racial e na exploração do trabalho. No Cone Sul, avanços recentes sobre peonagem, colonato e fronteiras de trabalho rural, como GELMAN, Jorge. **Campeños y estancieros: Una sociedad agraria en evolución**. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998. TERUEL, Ana. **Estructuras agrarias comparadas: la Puna argentina y el sur boliviano a comienzos del siglo XX**, Mundo Agrario. **Revista de Estudios Rurales**, v. 7, n. 11, 2005; e GARAVAGLIA, Juan Carlos. **Poder, conflicto y relaciones sociales: el Río de la Plata, XVIII-XIX**. Rosario: Homo Sapiens, 1999, demonstram a vitalidade de uma historiografia comparada que reposiciona trabalhadores e trabalhadoras no centro das dinâmicas agrárias da região.

definição das políticas de acesso à terra no período recente. Ainda tivemos um artigo que, na perspectiva de gênero, abordou o ensino de economia doméstica como uma disciplina, ou conjunto de disciplinas, que reforçou a desigualdade entre os gêneros no campo. Acudiram para dialogar com este “bloco brasileiro” dois trabalhos de outros países da América Latina, um sobre os salários rurais na Argentina do *boom* cerealífero (1880-1914) e outro sobre as lutas dos trabalhadores rurais no setor da cana-de-açúcar no Uruguai durante a década de 1960.

A diversidade temática e temporal que estrutura o dossiê se expressa na riqueza analítica de cada contribuição. Tomados em conjunto, os artigos revelam a complexidade das formas de trabalho rural e das disputas em torno do acesso à terra, das políticas públicas e das relações de poder que atravessam o campo latino-americano. A seguir, examinamos cada estudo em detalhe, destacando seus aportes empíricos e interpretativos e evidenciando como, a partir de diferentes recortes regionais e cronológicos, eles compõem um quadro amplo e articulado das transformações do mundo rural.

No artigo “Os ‘pequenos trabalhadores agrícolas’: a exploração do trabalho infantil nas lavouras de café no Vale do Paraíba Fluminense”, **Felipe de Melo Alvarenga** aborda um setor que, até recentemente, tinha passado despercebido, ou melhor, tinha sido pouco visibilizado. Trata-se das crianças, do chamado “trabalhador infantil” que, no processo da abolição foi explorado. Nas estratégias da “transição”, do ponto de vista senhorial, todo trabalho possível de “tutela” buscou ser assegurado. O artigo descreve como os juízes passaram a utilizar a tutela e o contrato de soldada relacionados ao mundo do trabalho. A tutela já existia, embora relacionada a crianças herdeiras, cujos bens eram gerenciados em contexto de orfandade. Mas no novo contexto de escassez, ou ante o temor de escassez de trabalhadores, a tutela foi utilizada para gerenciar o trabalho dos menores pobres, instituindo uma “criadagem compulsória”. Para Alvarenga, o juizado de órfãos teve papel central na constituição dessas relações de trabalho compulsórias e disciplinadoras. Essa modalidade é mapeada até a promulgação do Código Civil em 1917. Intuímos que, dada a relação entre formalização do direito e realidade social, esse não deve ter estancado a prática de “tutelar” (embora de forma paternalista não positiva) o trabalho infantil nas áreas rurais.

De fato, a busca de arranjos que dessem lugar à manutenção e expansão da produção agrícola, no iminente final da escravidão, levou os fazendeiros das áreas mais dinâmicas a experimentar modalidades de trabalho que fossem compatíveis com as altas taxas de rendimentos que eles queriam manter e acrescentar, sem envolver desembolsos monetários constantes. Entre as experiências, destaca-se o colonato, que ingressou na Primeira República como forma de manter as atividades de grandes unidades produtivas. **Carlo Guimarães Monti e Lelio Luiz de Oliveira** analisam em “Colonato e imigração: padrões de produção e diversificação dos ganhos na fazenda Boa Vista (Ribeirão Preto, 1915)” as formas de obtenção de recursos por parte dos colonos. Escrutinam a contabilidade das

atividades e os valores pagos aos trabalhadores; para tanto, estudaram os registros da fazenda, especialmente os livros de Contas Correntes do ano de 1915 (por não dispor de mais anos que esse). A partir de uma fonte muito rica, os autores conseguem descrever as diversas atividades empreendidas pelos colonos no decorrer de um ano agrícola envolvendo a cafeicultura, a produção de subsistência e demais trabalhos de manutenção da propriedade, encontrando inclusive anotações de trabalhos realizados para terceiros. Este exercício permitiu aos autores reconstruir parte do cotidiano do trabalho na fazenda: complexidade das atividades distribuídas nas diferentes áreas e praticadas pelos colonos brasileiros ou imigrantes. Evidenciaram, nessa análise, uma subdivisão das atividades para nacionais ou estrangeiros. As atividades extras também implicavam em saldos positivos ou negativos no fim das contas. Monti e Oliveira apontam para uma espécie de “pluriatividade” nas fazendas de café, já que salientam que os contratos para o trato de determinado número de pés de café era uma espécie de ponta do *iceberg* das relações de trabalho no campo. Os contratos permitiam a fixação dos trabalhadores por um certo tempo na fazenda, mas era necessário a soma de trabalhos extras para a manutenção das famílias e a possível obtenção de um ganho líquido. Mas a contabilidade também permitiu aos historiadores aproximar-se das relações entre os próprios colonos.

Por sua vez, o artigo de **Fernando Teixeira da Silva** analisa as condições da passagem do colonato para o trabalho volante na cidade de Ribeirão Preto e região (SP) entre 1957 e 1964. A perspectiva contraria a hipótese de que a CLT passou batida para o trabalho e o trabalhador rural, salientando as lutas dos trabalhadores rurais pelo direito ao salário mínimo e à composição dele. Propõe que o conjunto de transformações acontecidas no campo, nesse período de mudanças agronômicas, tecnológicas e organizacionais, não deve ocultar nem diminuir o papel dos conflitos de classe no desenho das novas relações de trabalho. Abordagens anteriores têm privilegiado observar as mudanças acontecidas durante a ditadura militar, que implementaram políticas que acentuaram a acumulação no campo. Ao ampliar o período de análise a 1957, Teixeira consegue vislumbrar as origens de várias das transformações operadas no universo rural de Ribeirão Preto na década de 1960. O *corpus* principal do artigo é um conjunto de 181 dissídios que envolveram, entre outros, o problema dos descontos relativos à habitação. Essa amostragem está dentro de um universo de 6.973 reclamações ingressadas entre 1957 e 1964 na Junta de Conciliação e Julgamento. A partir da análise da amostra e do exercício de micro-história, o autor destaca o papel da luta dos trabalhadores pelo direito ao salário mínimo e à gratuidade da moradia e o avanço acelerado do trabalho volante antes da ditadura militar.

No caleidoscópio do mundo dos trabalhadores rurais da década de 1950, **Renata Monteiro** analisa a política migratória dirigida aos retirantes atingidos pela seca de 1958-1959. “‘Operação Flagelados’: a migração em massa de nordestinos para diversas regiões do país e a política de escoamento forçada do governo federal (Ceará, 1958-1959)” traz

uma sensível análise das migrações forçadas e do aparato estatal mobilizado para evitar protestos e revoltas dos retirantes. O temor diante das multidões que se aglomeravam na capital cearense é tão antigo quanto o deslocamento entre sertão e litoral em períodos de seca.⁵ O artigo centra-se na força tarefa denominada “Operação Flagelados” e em suas implicações para os sertanejos. As passagens subsidiadas buscavam reduzir a pressão social na capital nordestina, encaminhando o excedente de trabalhadores para o Sudeste e para o Norte: para o Sudeste, prioritariamente para frentes agrícolas e industriais; para o Norte, para áreas de extração. As condições dessa mobilização, entretanto, eram precárias e insuficientes para garantir qualquer perspectiva de inserção laboral digna.

No Nordeste, a década de 1960 foi de luta pela terra. Moradores e foreiros enfrentaram a arbitrariedade dos proprietários levando seus casos à justiça ou defendendo-se nesse âmbito das acusações dos proprietários. A moradia associada ao sítio e ao cambão formava parte dos “combinados” entre trabalhadores e patrões. O controle do processo produtivo dos moradores, que decidiam o quê e quando plantar, foi sendo extinto pela expansão da cana-de-açúcar dos patrões nos sítios. Um dos atingidos por este processo, na Paraíba, expressou, em depoimento recolhido por Socorro Rangel: “a cana parecia tomar conta do mundo”.⁶ Foi nesse processo da cana tomando conta de tudo que roceiros, foreiros, sitiantes foram expropriados das terras costumeiramente ocupadas e transformados em assalariados. Na Zona da Mata de Pernambuco, **Pablo F. de A. Porfírio e Sayanne Ferreira Araújo** analisam esse processo acobertado pela ditadura iniciada em 1964. Em “Tenório e Alaíde: Justiça do Trabalho, ditadura militar e trabalhadores dos canaviais. Pernambuco, 1967-1968”, é analisado, a partir do caso que enfrentou Tenório, trabalhador dos canaviais, com o proprietário do Engenho Belmonte na Justiça do Trabalho. Tenório e sua família foram “despejados” aos poucos do sítio onde moravam: primeiro foi pedido o terreno, oferecendo-lhe mudar-se para outro de terra de pior qualidade, depois foi destelhada a casa, para obrigar o trabalhador e sua família a abandonar o sítio. Quando Tenório entrou na justiça foi sequestrado, torturado e morto. Dizem os autores: o golpe de 1964 foi apropriado por parte desses proprietários como uma autorização para cometer violências. Um salvo-conduto. E essa dinâmica de poder se disseminou pelos canaviais de Pernambuco.

Em “Trabalhadores escravizados e livres na cafeicultura do Sudoeste de Minas Gerais (Guaxupé, Muzambinho e Guaranésia, 1869-1930)”, **João Lucas Rodrigues** aborda a questão do trabalho do ponto de vista patronal, analisando as estratégias empresariais. Seu objeto é o da contratação de trabalhadores livres para o plantio de café em uma fronteira em expansão, o Sudoeste mineiro, no contexto de aumento da demanda por produtos

5 NEVES, Frederico de Castro Neves. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

6 RANGEL, Socorro. Uma história da luta pela terra nas Ligas Camponesas. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, **Direitos e Justiça no Brasil**: Ensaios de História Social. Campinas: Editora Unicamp, 2006. p. 459.

agrícolas para os principais centros da economia mundial. Essa fronteira foi alimentada tanto pelo tráfico interno quanto pela contratação de trabalhadores livres. A partir desses contratos, o autor reconstitui formas de organização do trabalho nas grandes fazendas: tipos de trabalhos e remunerações (monetárias e não monetárias), as multas previstas e obrigações adicionais impostas aos trabalhadores. O mundo rural heterogêneo nos leva para um universo de categorias com as quais a antropologia e a história nos familiariza: pequenos agricultores, posseiros, foreiros, moradores, boias-frias, agregados, colonos, empreiteiros etc., muitas vezes chamados simplesmente de “caipiras” e “caboclos”, poucas vezes chamados do genérico “camponeses”. Um dos aportes mais relevantes está na demonstração de que a agricultura de fronteira não pode ser compreendida sem a análise fina dos dispositivos legais que estruturam o cotidiano do trabalho, revelando que a contratualização não significou equilíbrio entre as partes, mas a formalização de hierarquias profundamente assimétricas.

Em “Uma moral cabocla da terra: experiência, resistência e revolta de trabalhadores e trabalhadoras nacionais na freguesia de São Bernardo (1883)”, **Lucas Gazinhato e Marilda Aparecida de Menezes** analisam conflitos entre vizinhos na freguesia de São Bernardo (SP), então parte da região do ABC Paulista, no ano de 1883. As disputas entre vizinhos posseiros, ocupantes, moradores etc., ou mesmo no interior das fazendas entre colonos, foram e continuam sendo habituais. De modo geral, os conflitos se sustentam na continuidade das paisagens. Muitas vezes, as disputas por um pedaço de terra, por acesso a água, a madeira, a uma passagem (servidão) se agravam com a “soltura” de animais nos cultivos,⁷ prática que funcionava como um “acidente” provocado e enviava uma mensagem ao destinatário. Se bem que para os colonos europeus, como os alemães de São Bernardo, a propriedade plena era algo relativamente novo e ainda não completamente introjetado,⁸ também para os trabalhadores nacionais a noção de propriedade sobre os cultivos, sobre o fruto do trabalho, poderia gerar resistências persistentes e um forte sentimento de injustiça quando destruídos.

Nesse sentido, o artigo dialoga com E. P. Thompson⁹ ao tratar costumes não como sobrevivências arcaicas, mas como estruturas vivas de expectativa e legitimidade, e com James C. Scott¹⁰ ao interpretar ações encobertas, furtivas ou anônimas (como o incêndio da casa do colono alemão) como parte de um repertório moral e político subalterno, embora não necessariamente politizado em sentido formal. Essa “moral cabocla da terra”, entendida como um conjunto histórico de normas práticas sobre acesso, circulação e partilha, entrou em tensão com as expectativas de estabilidade e delimitação individual da posse que se

7 SECRETO, María Verónica. **Fronteiras em movimento**. História Comparada – Argentina e Brasil no século XIX. Niterói: Eduff, 2012.

8 MARX, Karl. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

9 THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura tradicional popular. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

10 SCOTT, James C. **Weapons of the Weak**: Everyday Forms of Peasant Resistance. Yale University Press, 1985.

consolidaram entre muitos colonos alemães e italianos no contexto dos núcleos coloniais. Mais do que transportar de forma acabada uma noção europeia de “propriedade perfeita”, esses imigrantes foram incorporados a um dispositivo imperial brasileiro que prometia lotes próprios e incentivava a defesa rígida de cercas e cultivos, o que acentuou conflitos com regimes locais de uso comum e “propriedade partida”.¹¹

Se o artigo de Gazinhato e Menezes ilumina dimensões pouco exploradas da história rural paulista, ao mostrar como normas costumeiras, territorialidades locais e práticas de resistência moldaram conflitos oitocentistas, o estudo de **Fernanda Loch e Maria Isabel Moura Nascimento**, “Costurando a legislação: a Economia Doméstica nas escolas agrícolas do Paraná (século XX)”, desloca o foco para o século XX e evidencia outra estrutura fundamental da vida no campo: a produção institucional das desigualdades de gênero no ensino agrícola. As autoras demonstram que a escola rural atuou como dispositivo de ordenamento social ao atribuir, por meio de legislações e currículos diferenciados, papéis distintos a meninas e meninos. A disciplina de Economia Doméstica, destinada às alunas, reforçava a divisão sexual do trabalho ao prepará-las para funções domésticas e reprodutivas, enquanto os meninos eram formados para atividades produtivas, consolidando hierarquias patriarcais. Essa separação curricular, longe de ser acidental, integrava um projeto de modernização conservadora que desvalorizava o trabalho reprodutivo. Ao reconstruir esse processo, o texto evidencia que a educação agrícola não apenas refletia desigualdades, mas as produzia e legitimava, contribuindo para a persistência da invisibilidade produtiva das mulheres no campo.

A presença latino-americana além do Brasil se faz por meio de dois artigos. O primeiro, de Pablo Volkind, “El secreto de la competitividad argentina: condiciones de vida y trabajo de los obreros rurales pampeanos durante la etapa agroexportadora (Argentina, 1880-1914)”, analisa as condições materiais que sustentaram a expansão agrícola argentina. O segundo, de Agustín Juncal e Francis Santana, “Trabajadores rurales y el Partido Comunista en Uruguay: perspectivas sobre las marchas cañeras en los tempranos sesenta”, examina as mobilizações dos trabalhadores da cana no Uruguai e suas conexões com o ativismo comunista.

Pablo Volkind analisa o período do crescimento extraordinário do setor agroexportador argentino para questionar o “virtuosismo” *terrateniente*. Esse setor obteve enormes índices de renda nesse período, mas a competitividade não se deveu a nenhuma virtude organizacional ou empresarial, mas às condições de trabalho e baixos salários. Volkind aborda o que podemos definir como a versão pampiana e agrária do debate “otimista vs. pessimistas”. Os significados da grande expansão agrária continuam

11 Ver LUNA, Pablo F. Enfiteusis y desdoblamiento de la posesión de la tierra. Entre Europa y América. *Mundo Agrario*, 22(49), e166, 2021. E ainda PEDROZA, Manuela. Da invenção dos senhorios coloniais à reprodução da propriedade partida até o século XX: analisando algumas mentalidades possessórias e práticas proprietárias de longa duração na história do Brasil (Fazenda Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brasil). In: MOTA; SECRETO; CRISTILLINO, op. cit., p. 95-114.

a alimentar os debates historiográficos e o artigo oferece uma contribuição importante a essa discussão. O autor desloca o foco dos modelos macroeconômicos tradicionais para a experiência concreta dos *jornaleros* rurais. Ao longo do período analisado, a Argentina consolidou uma estrutura econômica caracterizada pela produção primária para exportação. A expansão foi possível graças à disponibilidade de terra, à importação maciça de maquinaria agrícola e, salienta o artigo, ao trabalho de centenas de milhares de trabalhadores que migravam para os campos a cada colheita. A hipótese de que os salários rurais eram elevados é colocado em perspectiva, na medida em que a competitividade do modelo agroexportador se assentou, sobretudo, na intensa extração de trabalho excedente, e não na melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

O estudo também destaca as primeiras formas de organização sindical rural e os conflitos que emergiram no início do século XX, mostrando a centralidade da classe trabalhadora na história agrária argentina. Essa ênfase na ação coletiva dos trabalhadores permite uma transição orgânica para o caso uruguaio, que revela outra faceta da politização rural no Cone Sul. **Agustín Juncal e Francis Santana**, com uma metodologia que cruza a análise de fotografias, informações procedentes do jornal *El Popular* e de entrevistas, abordam o impacto de cinco marchas organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Cana-de-Açúcar de Artigas (UTAA) e as suas repercussões no ativismo de esquerda, principalmente em Montevideú. As marchas realizadas entre 1962 e 1971, de Bella Unión a Montevideú, expressavam reivindicações de salários, emprego e acesso à terra para os trabalhadores rurais. Os autores salientam que ainda existe uma lacuna nos estudos que exploram a relação entre as mobilizações dos trabalhadores da cana-de-açúcar da UTAA e os comunistas, particularmente no que diz respeito aos debates sobre a questão agrária. Nesse sentido, este artigo visa explorar o envolvimento do Partido Comunista Uruguaio (PCU) com a situação dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar. O jornal *El Popular*, publicou, entre 1957 e 1965, 180 fotografias evidenciando uma ampla cobertura dos conflitos que envolveram trabalhadores em explorações leiteiras, arrozais e plantações de beterraba sacarina. Um terço dessa cobertura se concentrou no período 1957-1958. O contexto é o da Guerra Fria e de uma profunda crise econômica, social e política a nível nacional. No contexto regional, estes movimentos de esquerda uruguaios sentiram-se desafiados pelo golpe de Estado de 1964 no Brasil e foram influenciados pelas Ligas Camponesas e o Master (Movimento dos Trabalhadores Camponeses).

Se o estudo de Juncal e Santana evidencia como a ação coletiva rural no Uruguai se articulou a projetos políticos de esquerda em meio às tensões da Guerra Fria, ele também aponta para a centralidade das mediações institucionais na conformação das lutas agrárias latino-americanas. Essa chave analítica permite transitar para o artigo de **João Márcio Mendes Pereira**, que examina como, no Brasil dos anos 1990, a Reforma Agrária Assistida pelo Mercado (RAAM) redefiniu as relações entre Estado, movimentos

sociais e trabalhadores rurais ao subordinar a questão agrária a instrumentos de regulação neoliberal. Intitulado “Reforma agrária assistida pelo mercado e trabalhadores rurais no Brasil: resistência, divisão, apoio e acomodação (1995-2003)”, o texto reconstrói a trajetória da RAAM desde sua formulação no âmbito do Banco Mundial até sua implementação como política pública, mostrando como a adoção do crédito fundiário reconfigurou a própria gramática da reforma agrária, convertendo conflito distributivo em negociação individual. A partir de documentação governamental, relatórios multilaterais e intervenções de movimentos sociais, o autor analisa as reações contrastantes do MST, crítico da lógica mercantil, e da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares), cuja adesão parcial expressou tensões regionais e dilemas estratégicos diante da retração das desapropriações. Ao historicizar essa política, João Márcio demonstra que a RAAM não apenas produziu efeitos desiguais sobre a reprodução social dos trabalhadores, mas também remodelou o campo político agrário, evidenciando como a neoliberalização das políticas fundiárias opera sobre instituições, sujeitos e expectativas no meio rural brasileiro.

No conjunto do dossiê, o artigo de João Márcio cumpre papel decisivo: mostra como a política fundiária neoliberal atuou não apenas sobre o acesso à terra, mas sobre os próprios sujeitos rurais, redefinindo repertórios de ação coletiva, expectativas de mobilidade social e formas de engajamento político no campo. Ao demonstrar que a RAAM converte conflito em contrato, redistribuição em crédito e justiça agrária em operação financeira, o autor evidencia um aspecto central para compreender o rural contemporâneo: a capacidade das políticas públicas de reproduzir, e não apenas administrar, desigualdades históricas. Nessa perspectiva, sua análise converge com as demais contribuições do dossiê ao iluminar como, em diferentes momentos históricos, trabalho, terra e formas de organização social permanecem como eixos estruturantes da vida agrária, mesmo quando políticas e discursos procuram apresentar o rural em chave de neutralidade técnica ou modernização incontornável.

* * *

SE ALGUÉM PERGUNTASSE a um jovem medianamente informado, na década de 1990, o que era o rural, o que era o campo, provavelmente ouviria como resposta as palavras “terra” e “luta”. Hoje, com certo grau de probabilidade, a resposta incluiria dois termos que parecem opostos, mas que no imaginário contemporâneo convivem: “negócio” e “sustentabilidade”. Essa inflexão não decorre apenas da transformação material das estruturas agrárias, mas também de uma mudança profunda nos “regimes de visibilidade”¹² e nos discursos que

12 Axel Honneth propõe que a formação da autonomia depende de relações intersubjetivas de reconhecimento afetivo, jurídico e social, e que sua violação produz formas de desrespeito que alimentam conflitos sociais. HONNETH, Alex. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009. Em *Reification*, o autor argumenta que a suspensão desse reconhecimento gera percepções reificadas, nas quais determinados sujeitos deixam de aparecer como agentes sociais plenos. HONNETH,

moldam a percepção social do rural. Por regimes de visibilidade entendemos os arranjos sociais e simbólicos que autorizam determinados modos de ver o campo, tornando alguns aspectos legíveis e ocultando outros, de forma a reorientar sua interpretação pública.

Ao longo das últimas décadas, consolidou-se uma gramática que redefine a terra como ativo econômico, recurso estratégico e componente de cadeias globais de valor, isto é, lógica tributária das recomposições do capitalismo agrário e das políticas de liberalização que marcaram a virada neoliberal dos anos 1990.¹³ Nesse quadro, a antiga centralidade das lutas distributivas foi sendo deslocada por narrativas orientadas pela racionalidade empresarial, pela financeirização e por um léxico de competitividade e “gestão eficiente” da terra. Em paralelo, o discurso da sustentabilidade, cada vez mais associado a padrões corporativos de certificação, opera como dispositivo de legitimação simbólica capaz de naturalizar processos de concentração fundiária e reorganização produtiva.

A convergência entre “negócio” e “sustentabilidade” não apenas reorganiza a percepção pública do campo, mas expressa uma inflexão estrutural observável em toda a América Latina: a dissociação crescente entre a modernização voltada à exportação e a garantia social de acesso à terra, ao trabalho e à alimentação.¹⁴ A incorporação acelerada dos países latino-americanos às cadeias globais de *commodities*, marcada pela financeirização, por novas tecnologias e por pressões geopolíticas, reorienta políticas internas para imperativos externos de competitividade, deslocando conflitos históricos de terra e trabalho para planos secundários. Nesse quadro, regimes normativos apresentados como tecnicamente neutros tendem a reproduzir desigualdades estruturais,¹⁵ enquanto a retórica de sustentabilidade convive com a expansão da insegurança alimentar e com a precarização das formas de vida rurais observada na região.¹⁶ Essa reconfiguração, reforçada pela visualidade tecnificada das paisagens produtivas, contribui para a despolitização do rural e obscurece seus vínculos com dinâmicas de acumulação e territorialização do capital,¹⁷ ao mesmo tempo em que reafirma a centralidade das disputas agrárias na história social latino-americana.

Contudo, o material empírico reunido neste dossiê demonstra que tal operação é incapaz de capturar a complexidade das configurações rurais latino-americanas. As pesquisas aqui apresentadas restituem densidade histórica a processos frequentemente

Axel. **Reification**. A new look at an old idea. New York: Oxford University Press, 2008.

13 BORRAS JR., Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, jan. 2012, p. 34-59. FAIRBAIRN, Madeleine. **Fields of Gold**. Financing the Global Land Rush. Cornell University Press, 2020.

14 WILKINSON, John. The globalization of agribusiness and developing world food systems. **Monthly Review**, v. 61, n. 4, set. 2009.

15 SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v. 39 (n. 3-4), p. 873-898, 2012.

16 FLEXOR, Georges; KATO, Karina; LEITE, Sergio Pereira. Transformações na agricultura brasileira e os desafios para a segurança alimentar e nutricional no século XXI. In: NORONHA, Gustavo Souto et al. **Alimentação e nutrição no Brasil**: perspectiva na segurança e soberania. Rio de Janeiro: Edições Livres; Fundação Oswaldo Cruz, 2023. p. 111-167.

17 PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian. New Frontiers of Land Control. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 667-681, 2011.

subsumidos por narrativas tecnocráticas, revelando a persistência de formas assimétricas de acesso à terra, de regimes diferenciados de trabalho e de múltiplas camadas de coerção e dependência que atravessam os territórios. A análise das transições pós-abolição, o exame das modalidades de colonato e de trabalho volante, a investigação sobre migrações forçadas e a reconstituição de conflitos por morada e uso da terra mostram que os arranjos rurais não se deixam reduzir a categorias homogêneas ou lineares. Eles operam como formações historicamente situadas que articulam relações de trabalho, práticas jurídicas, moralidades locais e dinâmicas de classe, ou seja, dimensões inseparáveis para compreender a constituição do rural enquanto espaço social.

Essa constelação de experiências também dialoga com debates contemporâneos sobre a transnacionalização das lutas agrárias, nos quais se argumenta que as disputas territoriais não podem ser entendidas apenas em escala nacional. A incorporação de repertórios jurídicos internacionais, a circulação de quadros interpretativos e a constituição de alianças multilocais demonstram que trabalhadores rurais, comunidades tradicionais e movimentos camponeses produzem formas próprias de ação política, que escapam a leituras estritamente localistas.¹⁸ Ao reinscrever suas reivindicações em disputas mais amplas sobre modelos de desenvolvimento, soberania alimentar e direitos territoriais, esses sujeitos contestam tanto as pressões de integração aos circuitos do capital global quanto as narrativas de modernização que pretendem esvaziar o conteúdo político do campo.

Ao integrar análises de diferentes regiões e períodos, o dossiê evidencia que a questão agrária, entendida como disputa pelo trabalho, pela terra e pelas relações de poder que definem o uso e o controle do território, permanece um problema estruturante da história social latino-americana. Longe de constituir um segmento residual da vida econômica, o rural se apresenta como espaço em que se condensam conflitos fundamentais sobre propriedade, produção e reprodução social, e no qual se testam, de modo particularmente intenso, os limites e as promessas de justiça social no continente. As contribuições aqui reunidas, ao articularem histórico e contemporâneo, local e transnacional, reafirmam a centralidade da questão agrária no debate público e sugerem que seu enfrentamento continua a ser decisivo para imaginar projetos de futuro, formas de vida e regimes de legitimidade política.

Recebido: 05/12/2025

Aprovado: 08/12/2025

18 EDELMAN, Marc; BORRAS JR., Saturnino M. **Movimentos agrários transnacionais**: história, organização e política de lutas. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.